

Diretrizes da Conferência Livre, Democrática e Popular do estado do Rio de Janeiro

O debate sobre saúde no Brasil não pode desconsiderar a nossa longa história de desigualdades, injustiças, abandono das camadas da população menos favorecidas e, mais recentemente, a trágica experiência que vivemos no período mais agudo da pandemia de COVID-19. Não pode fechar os olhos para o fato de que o atual governo brasileiro atuou contra tudo que preconiza a ciência e a saúde pública, expondo a população à letalidade de um vírus ainda pouco conhecido, assumindo o risco de matar os mais vulneráveis. Não se pode esquecer que essa política facilitou a circulação do vírus e suas variantes, como aconteceu em Manaus, palco de horrores derivados da incúria que deixou faltar oxigênio e sedativos para intubação nos serviços de saúde.

O Estado do Rio de Janeiro se encontra entre as unidades da federação mais atingidas pelos rumos da economia e da política adotados pelo atual governo. É evidente a degradação da qualidade de vida da população fluminense, apesar dos benefícios advindos do petróleo do pré-sal e de contarmos com uma razoável infraestrutura, envolvendo ciência e tecnologia, educação, saúde e assistência social. Somos vítimas da falta deliberada de um projeto político capaz de gerar uma dinâmica econômica e social que beneficie a população e preserve o meio ambiente, a qualidade de vida no campo (áreas rurais, florestas e interiores) e nas cidades, sobretudo das populações historicamente mais vulnerabilizadas, como as que vivem em comunidades e periferias, a população indígena e quilombola, a população negra, o segmento LGBTQI+ entre outros.

Historicamente, a saúde no Estado do Rio de Janeiro sofre com a insuficiência de recursos para o setor social e com a adoção de políticas que valorizam a privatização da gestão pública, via mecanismos de terceirização da prestação de cuidados de saúde que submetem as trabalhadoras e os trabalhadores à vinculação trabalhista marcada pela fragilidade.

Grande parte do território do Estado é dominado pelo crime organizado, que impõe seu poder pela força, pelas armas e pelo sequestro da máquina pública. O planejamento e a implementação de políticas de saúde sofrem influência dessas forças e dos interesses de grupos políticos, impedindo o cumprimento das diretrizes de equidade, integralidade e universalidade que conformam o SUS. Sobrecarregada, descaracterizada e sem recursos, a política pública estadual de saúde mostra-se incapaz de atender às necessidades de saúde da população fluminense.

O desmonte da estrutura pública é uma marca do Rio de Janeiro. Desmonte das políticas de combate à precarização do trabalho e ausência de planos de carreira para servidores, desmonte da Atenção Primária em Saúde (APS) e da atenção psicossocial (CAPS). Como exemplos de desmonte temos os ocorridos na capital durante a gestão do ex-Prefeito Marcello Crivella e no município de Duque de Caxias sob o comando de Washington Reis. Apesar dos esforços e experiência dos profissionais de saúde pública, o Estado do Rio de Janeiro figura entre as unidades da federação com as menores coberturas vacinais do Brasil e com algumas das maiores taxas de incidência, prevalência e mortalidade de doenças como a COVID-19, a tuberculose, a sífilis, o HIV/Aids, o sarampo e entre outras, que se somam a doenças derivadas das péssimas condições de vida da maior parte da população.

Assegurar melhores condições de saúde e de vida para toda a população fluminense passa necessariamente pelo enfrentamento destas questões e pelo fortalecimento do SUS enquanto sistema público, universal, integral e igualitário. Para isso estamos propondo para debate os eixos de luta abaixo.

EIXO 1 – SAÚDE É FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DO SUS

Criar bases financeiras e institucionais para expansão e recuperação do sistema de saúde estadual, o SUS, com o fortalecimento do estado e a redução das desigualdades entre as Regiões de Saúde na oferta de serviços, de equipamentos diagnósticos e terapêuticos e de profissionais, mantendo o apoio do cofinanciamento aos municípios para a APS.

Cancelar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), no qual a pactuação da dívida do estado contém termos que implicam em retirada de direitos do povo, como a proibição de concursos públicos, o teto de gastos para as áreas sociais, o incentivo às privatizações e um parco investimento para o sistema regional de Ciência e Tecnologia. Superar o RRF consiste em retomar um Estado indutor do desenvolvimento.

EIXO 2 – UM SUS MELHOR PARA CADA FLUMINENSE –

Fomentar a gestão compartilhada do estado com os níveis federal, municipal e regiões de saúde. Enfrentar os desafios para ajustar o modelo assistencial às mudanças sociopolíticas, demográficas, como o envelhecimento, e mudanças nosológicas, como o aumento das doenças crônicas, do adoecimento mental e de doenças transmissíveis.

Aumentar a cobertura e a capacidade de resposta da APS, segundo as necessidades expressas pelo perfil sociodemográfico e nosológico da população no território. Estimular

os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), apoiar a Atenção à Saúde Bucal e expandir o Cuidado Domiciliar.

Articular e organizar no território a rede de urgência e emergência e a assistência hospitalar ampliando o vínculo destas com as APS, superando a atual fragmentação. Expandir a capacidade de diagnóstico e a rede de Atenção Especializada nas Regiões de Saúde.

Enfrentar os vazios assistenciais (como é o caso do cuidado ao câncer e às doenças cardiovasculares) com a ampliação da oferta de serviços, equipamento e recursos humanos, além da adequação e modernização de serviços existentes, com especial atenção para os hospitais de pequeno porte.

Recuperar os leitos desativados, repor a força de trabalho e modernizar a estrutura dos Hospitais e Institutos Federais, com foco nos serviços de alta complexidade. Colocar um fim nas indicações políticas para as direções dos Hospitais Federais e apoiar a aprovação do projeto de lei da Deputada Jandira Feghali que proíbe essa prática.

Estruturar linhas de cuidado para pacientes com sequelas pós-COVID e enfrentar a demanda represada de agravos não relacionados à pandemia.

Investir no aprimoramento da Vigilância à Saúde e na sua capacidade de resposta às futuras emergências sanitárias.

Tomar providências para garantir a implementação da Lei nº 8.986 de 25 de agosto de 2020 que dispõe sobre as Organizações Sociais no âmbito da saúde (OSS) no Estado do Rio de Janeiro e revoga, a partir de 31 de julho de 2024, a Lei nº 6.043 que estabeleceu o funcionamento das OSS no Estado.

Aperfeiçoar o Sistema de Regulação, integrando o sistema estadual aos sistemas municipais. Garantir a transparência e o acesso ao cuidado de saúde em tempo adequado, com base nas necessidades de saúde de cada paciente no território.

Avançar a agenda da Tecnologia da Informação (“TI”) - telemedicina, tele regulação. Integrar o SUS, no âmbito do Estado e dos territórios, ao do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando o alto índice de envelhecimento, o estado do Rio de Janeiro deve priorizar as ações de fortalecimento da APS centradas na pessoa idosa, assim como o acesso a instituições de longa permanência de qualidade.

Promover o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade nos serviços de atenção materno-infantil, desde o início da gravidez até a atenção ao recém-nascido. Combater a violência obstétrica. Garantir a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo.

Ampliar o Programa de Desinstitucionalização na Saúde Mental, fortalecendo a Rede Substitutiva com garantia dos direitos dos usuários. Expandir a Política de Redução de Danos e ampliar os serviços especializados em Saúde Mental como os CAPS, RTs, as Unidades de Acolhimento para adultos e crianças, os Centros de Convivência e os leitos em hospitais gerais. Vetar o uso de verbas públicas nas comunidades terapêuticas.

Garantir a execução de políticas construídas através das lutas sociais, que exigem a interseccionalidade das políticas públicas: Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSILGBT), Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), Política de Promoção à Igualdade Racial (PNPIR), Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PNSSTT), proveniente da luta sindical. Definir políticas para garantir o direito à saúde aos imigrantes.

EIXO 3 – SAÚDE E GESTÃO DO TRABALHO NO RJ

Implementar uma política de valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores de saúde com o estabelecimento de carreira pública em articulação com uma política nacional de incentivos, cujas diretrizes são o concurso público, a redução de jornadas de trabalho, salários justos e garantia de progressão funcional. Reconhecer que estabilidade funcional está diretamente ligada à qualidade da assistência. Interromper o brutal quadro de rotatividade, precarização e redução de profissionais de saúde na rede estadual. Esse processo estratégico deve ocorrer mediante arranjos tripartites de financiamento, provimento, seleção, contratação e formação dos profissionais de Saúde.

Democratizar as relações de trabalho mediante diálogo transparente com representações trabalhistas por meio de espaços de negociação coletiva com o efetivo fortalecimento da Mesa Estadual de Negociação do SUS.

EIXO 4 – SAÚDE É DESENVOLVIMENTO

Promover o desenvolvimento humano e econômico e garantir o direito à saúde, mediante a prestação de cuidado de saúde de qualidade que deriva do investimento em Ciência e Tecnologia na área da saúde.

Articular as políticas de saúde às políticas de desenvolvimento econômico do Estado, fomentando a ampliação e diversificação da sua infraestrutura produtiva, científica, tecnológica e de inovação.

Incentivar a pesquisa e a inovação nas universidades e outras instituições de pesquisa, fortalecendo os vínculos destas instituições com o SUS no Estado.

Apoiar o conhecimento e o trabalho produzido nos territórios (locais de trabalho e moradia) por organizações sindicais, populares e comunitárias para melhoria das condições de condições de vida e saúde.

Cobrar das autoridades políticas o preparo para o enfrentamento de situações de crise sanitária e desastres ambientais com a participação da sociedade civil organizada.

EIXO 5 - POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR

Promover políticas de combate à fome e de garantia do direito à alimentação adequada e da soberania alimentar, combinando políticas emergenciais, para acesso imediato ao alimento para famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, e ações estruturantes, como a reforma agrária e políticas de abastecimento alimentar, geração de trabalho e renda e habitação, visando uma mudança efetiva e permanente do atual quadro onde quase 3 milhões de pessoas passam fome no estado (15,9% da população do Rio), e mais da metade da população do está em situação de insegurança alimentar.

EIXO 6 - SAÚDE É DEMOCRACIA

Frente a acirrada polarização na sociedade, que ameaça a democracia brasileira, incentivar a criação de Comitês Populares em defesa da vida, da democracia e do SUS. A mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores junto aos Comitês Populares é indissociável da construção de um debate programático para saúde no Estado e busca a acumulação de forças política e ideológica para resistir à política conservadora

Fortalecer o Controle Social no processo de construção da política de saúde, estimulando as instâncias existentes e o surgimento de novas instâncias e modalidades de participação. Garantir o caráter inclusivo, democrático e deliberativo dos Conselhos de Saúde e o seu vínculo com a SES-RJ.

Reconhecer a centralidade das lutas por políticas públicas de saúde com as demais lutas populares, sejam as de corte classista, anti-patriarcais, antirracistas, antilgbtfóbicas, anti-capacitista, entre outras, ampliando a base social de apoio ao SUS e integrando as reivindicações por mudanças estruturais das políticas e da organização social.

Desenvolver política de comunicação para circular informação sobre saúde, serviços e ações prestadas pelo SUS no Estado, suas obrigações e prioridades, com vistas ao

fortalecimento do reconhecimento coletivo do SUS como patrimônio do povo brasileiro e da ampliação de uma consciência pública sanitária.